

# Interfaces da afetividade e da construção de vínculos na saúde mental de mães e filhas vítimas de abuso sexual

*Interfaces of affectivity and interpersonal bonds building in the mental health of mothers and daughters victims of sexual abuse*

*Interfases de la afetividad y de la construcción de vínculos en la salud mental de madres e hijas víctimas de abuso sexual*

Mariana de Silvério Arantes<sup>1</sup>  
Maria Inês Gandolfo Conceição

## RESUMO

O objetivo foi investigar a afetividade no vínculo entre mãe e filha vítimas de abuso sexual, compreender as lógicas afetivas de conduta e averiguar questões transgeracionais relacionadas ao abuso e saúde mental. Três famílias de um programa de atendimento a vítimas de abuso sexual participaram de visitas domiciliares, entrevistas semi-estruturadas com mães e genogramas para visualização do ciclo de vida familiar. A análise dos resultados seguiu o método construtivo-interpretativo de González Rey, derivando-se quatro zonas de sentido, que revelaram: 1) questões transgeracionais do abuso no aprendizado. O artigo foi realizado com base em dissertação da primeira autora, com orientação da segunda autora, defendida e aprovada no Programa de Psicologia Clínica e Cultura do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

sobre proteção, 2) desenvolvimento de modalidades vinculares, 3) lógicas afetivas de conduta construídas nas vivências dos papéis e 4) agressividade enquanto padrão vincular em vítimas de violência. Percebeu-se a importância do acolhimento às dores familiares, abrindo um espaço seguro para identificação e expressão delas, tentando romper padrões transgeracionais geradores de desproteção e revitimização, visando à promoção da saúde mental familiar.

Palavras-chave: Abuso sexual. Saúde mental. Socionomia.

## ABSTRACT

The objective was to investigate the affection in the bond mother and daughter victims of sexual abuse, understanding the affective logics of conduct, and to investigate transgenerational issues and mental health. Three families from an assistance program to victims of sexual abuse participated in this study conducted by means of home visits, semi-structured interviews with

parents, genograms for viewing the families' life cycle. The analysis of the results used the constructive-interpretative method of González Rey, resulting in four areas of meaning which revealed: 1) transgenerational abuse issues in learning about protection, 2) development of links patterns, 3) affective logics of conduct built on the experiences of the roles and 4) aggressiveness as a interpersonal bond pattern in victims of violence. We perceived the the importance of welcoming families with their pains, opening a safe space to identify and express themselves, trying to break patterns transgenerational lack of protection, avoiding revictimization, and trying to promote family mental health.

Keywords: Sexual abuse. Mental health. Sociometry.

## RESUMEN

El objetivo fue investigar la afectividad en el vínculo entre madre e hija, víctimas de abuso sexual, comprender las lógicas afectivas de conducta y averiguar cuestiones transgeneracionales relacionadas con el abuso y salud mental. Tres familias de un programa de atención a víctimas de abuso sexual participaron siendo abordadas mediante visitas al domicilio, entrevistas semi-estructuradas con las madres y genogramas para visualización del ciclo de vida familiar. El análisis de los resultados siguió el método constructivo-interpretativo de González Rey, derivándose cuatro zonas de sentido, que revelaron: 1) cuestiones transgeneracionales del abuso en el aprendizaje sobre protección; 2) desarrollo de modalidades de vínculo, 3) lógicas afectivas de conducta construídas en las vivencias de los papeles,

y 4) agresividad como patrón de vínculo en las víctimas de violencia. Fue percibida la importancia de la acogida a los dolores familiares, abriendo un espacio seguro para su identificación y expresión, intentando romper con patrones transgeneracionales generadores de desprotección y re-victimización, con vistas a la promoción de la salud mental familiar.

Palabras clave: Abuso sexual. Salud mental. Sociometría.

## INTRODUÇÃO

A maioria das pesquisas sobre violência contra crianças e adolescentes abordam as causas do problema e suas consequências físicas, embora estudos atuais apontem para a existência de problemas emocionais associados a vivências de violências, especialmente as cometidas no âmbito familiar. Crianças e adolescentes, por sua condição peculiar de seres em pleno crescimento e desenvolvimento, são alvo muito vulnerável às situações de violência que ocorrem na família, na escola e na comunidade em que vivem, e dependem da proteção dos adultos, das instituições e das políticas públicas (ASSIS; AVANCI; PESCE & Ximenes, 2009). Por sua vez, pesquisas internacionais vêm indicando a associação entre a vivência de violências e o acometimento de problemas de saúde mental ao longo do ciclo de crescimento e desenvolvimento humano.

A violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil é um grave problema de saúde pública, caracterizado por uma dinâmica complexa, que envolve aspectos psicológicos, sociais e legais, exigindo a intervenção

coordenada de diferentes instituições (HABIGZANG; AZEVEDO; KOLLER; MACHADO, 2005). Por sua vez, a violência intrafamiliar tem sido equiparada à gravidade do problema de saúde pública do alcoolismo e da depressão (RIBEIRO & BORGES, 2005).

Em 1997 foi criado o Sistema Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil, uma parceria entre a Associação Brasileira Multidisciplinar de Proteção à Criança e ao Adolescente (ABRAPIA) e o Ministério da Justiça. Em pesquisa feita de janeiro a dezembro de 2002, a ABRAPIA registrou 1.973 denúncias no país (55,44% referentes ao Abuso Sexual e 44,56% à Exploração Sexual) (Observatório da infância, s.d.). Costa, Penso e Almeida (2005) observam que a problemática do abuso, desde o início do sistema de denúncias tem vindo cada vez mais à tona, exigindo que providências sejam tomadas no nível da esfera pública. Porém, a legislação brasileira não oferece elementos para a obrigatoriedade do atendimento terapêutico nesse contexto. Ante essa problemática, as instituições públicas lançam mão de estratégias para o atendimento às vítimas e famílias, como por exemplo, os Grupos Multifamiliares, proposta desenvolvida por Costa, Penso e Almeida (2004) para criar um espaço que atendesse às demandas das famílias conjuntamente, por meio de atividades lúdicas e de vivências relacionadas a temas sobre acontecimentos do cotidiano familiar.

Brito et al. (2005) resgata que no Brasil, desde a década de 1970, a violência é apontada como uma das principais causas de morbi-mortalidade. A violência contra a criança é milenar e remonta os primórdios

da existência humana. A situação começou a mudar em meados do século XX, quando a criança passou a ser notada, iniciando-se assim um período de reconhecimento do lugar dela na sociedade. Dados de pesquisas tentam representar a frequência com que esse tipo de violência ocorre em vários países. Porém, os segredos familiares muitas vezes acobertam a realidade de algumas modalidades do fenômeno (AZEVEDO & GUERRA, s.d; RIBEIRO & BORGES, 2005).

Narvaz (2005) coloca que os termos violência sexual, violação sexual e abuso sexual se referem ao mesmo fenômeno: toda exposição de uma criança à estimulação sexual e todo e qualquer ato perpetrado por determinado sujeito que, valendo-se de uma posição de maior poder sobre outrem, impõe práticas sexuais que incluem a sedução, o assédio, o toque, o voyeurismo e o exibicionismo, a exposição à pornografia, o intercursos oral, anal, o estupro e a exploração sexual comercial, com ou sem a utilização de força física a fim de obter prazer e estimulação sexual (p. 39).

Entende-se o abuso sexual como uma negação do outro enquanto sujeito que tem sua personalidade e vontade próprias (FALEIROS, 2008). Todas as formas de violência sexual contra crianças e adolescentes são abusivas (FALEIROS & CAMPOS, 2000), seja de caráter comercial ou não, o que caracteriza não só a violência sexual intra ou extrafamiliar como abuso.

O abuso sexual infantil é definido como um tipo de violência que envolve poder, coação e/ou sedução. Nessa situação, estão presentes especialmente a desigualdade de

gênero e de geração. Esse tipo de violência geralmente é praticado sem uso de força física e não deixa marcas visíveis. Por esse motivo, sua comprovação é complicada, até mesmo porque o abuso sexual pode variar de atos que envolvem o contato sexual com ou sem penetração, ou até mesmo atos que não envolvem contato sexual como o voyeurismo e o exibicionismo (ARAÚJO, 2002; BARROS; WILLIAMS & BRINO, 2008).

Leal (1999), no Relatório Final do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes – CECRIA sobre a exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes na América Latina e Caribe, ressalta que para analisar a violência contra a criança e o adolescente no Brasil, é necessário levar em consideração questões histórico-culturais, além da dimensão territorial, densidade demográfica e diversidade cultural, econômica e social, pois o fenômeno da violência pode acontecer de diferentes formas em cada região do Brasil.

Segundo Araújo (2002) o abuso sexual é um fenômeno complexo e difícil de enfrentar por parte de todos os envolvidos. É difícil para a criança e para a família, pois a denúncia do segredo explicita a violência que ocorre dentro da própria família. É difícil também para os profissionais, que muitas vezes não sabem como agir diante do problema (p. 6).

Para a autora, o abuso sexual infantil envolve não apenas questões legais de proteção à criança e punição ao agressor, mas também questões de atenção à saúde física e mental das vítimas, considerando as consequências psicológicas trazidas por essa vivência. Para

entender essas consequências também é importante avaliar questões relacionadas à idade em

que o fato ocorreu, duração da vivência do abuso, as condições em que ocorreu, se houve ameaças, grau de relacionamento com o abusador e ausência de figuras protetoras.

A revelação do abuso muitas vezes traz como consequência a revitimização da família e da criança, já que ao cair nos órgãos da Justiça e de Assistência Social, elas são obrigadas a falar repetidamente sobre o fato ocorrido, o que pode aumentar o sofrimento (COSTA et al., 2007; COSTA et al., 2008; GRANJEIRO, 2006; LIMA, 2007). Algumas estratégias utilizadas pelos operadores da justiça e psicólogos para diminuir esse desgaste emocional são: o Grupo Multifamiliar (COSTA et al., 2004); o intercâmbio de informações e as discussões técnicas realizadas entre as equipes que cuidam dos casos (GRANJEIRO & COSTA, 2006); e o depoimento sem dano, realizado por psicólogos e assistentes sociais como opção para inquirir vítimas de abuso sexual infanto-juvenil em juízo. Muitas críticas são endereçadas a esta última estratégia, pois a argumentação é a de que esses profissionais não estão qualificados para a tarefa de inquirir a vítima (BRITO, 2008).

O abuso sexual de crianças é tipo de violência que ocorre em sua grande maioria das vezes no contexto intrafamiliar (GOBETTI & COHEN, 2002).

Segundo Perrone e Nannini (1997), existem quatro premissas básicas nesta perspectiva de entender a violência das relações familiares:

1. A violência não é um fenômeno individual, é a manifestação de um fenômeno interacional.

2. Todos que participam nesta interação acham-se implicados e são responsáveis, mesmo que em medidas diferentes. Aqui é importante frisar que estamos apontando uma responsabilidade interacional e não legal.

3. Toda pessoa com capacidade de viver independentemente deve garantir sua segurança. Se não assume esta responsabilidade, estimula os aspectos incontrolados e agressivos de outra pessoa, isto é, a interação se organiza de modo a aparecer a violência.

4. Qualquer pessoa pode chegar a ser violenta em diferentes modos. Não quer dizer que o indivíduo é em si violento, mas que pode manifestar violência em função do contexto em que está imerso em suas interações.

Ainda, segundo estes autores, a violência é um ato repetitivo e está organizado dentro de uma sequência previsível do padrão de relação comunicacional que as pessoas envolvidas estabelecem. Ou seja, existe um padrão de comunicação repetitivo, estereotipado, em que as sequências de violência sempre aparecem daquele modo. Duas formas são apontadas destas sequências: as vivências afetivas dão sentido à vida humana e aos vínculos que cada pessoa estabelece com outras. As experiências vividas na infância, principalmente com as figuras primárias da matriz de identidade são decisivas para definir a maneira como estabeleceremos nossas relações e desempenharemos nossos papéis sociais ao

longo da vida (BUSTOS, 2001; NERY, 2003).

O conceito de matriz de identidade é sócio-psicológico, conforme destaca Landini (1998). É esse o primeiro grupo social no qual o ser humano se insere, num processo dinâmico de atuação e complementação de papéis e de estabelecimento de vínculos (NERY, 2003). No entanto, Landini (1998) destaca que nem sempre a matriz de identidade se refere à família consanguínea, mas à placenta social na qual a criança adentra, composta por seres humanos que assumirão a função de egos auxiliares enquanto cuidam e saciam a criança em suas necessidades básicas.

A matriz de identidade é definida em sua dimensão relacional inicialmente pela relação mãe/cuidador e filho como uma dupla relação, que sugere uma ação cooperativa, ultrapassando as condutas individuais. A criança co-existe na relação primária com as pessoas e objetos da matriz de identidade e é nesse momento que ela experimenta as primeiras experiências emocionais (FONSECA, 2000).

Experiências carregadas de clima afetivo tenso e desfavorável à homeostase, vividas na fase de construção da matriz de identidade podem gerar perdas psicológicas, já que suscitam marcas afetivas que dificultam a aprendizagem dos papéis sociais. Isso se dá pelo fato da criança internalizar o complementar interno patológico ao viver histórias de violência, negligência, rejeição, abuso, abandono, ausência de cuidadores (NERY, 2003).

Segundo Cukier (1998), o adulto guarda *Eus infantis* que foram criados durante

vivências de situações vergonhosas ou de desconformação, que muitas vezes continuam imutáveis mesmo durante o desenvolvimento e amadurecimento rumo à idade adulta. As aprendizagens e decisões que a criança toma ao longo de sua vida, especialmente as que toma diante de uma situação traumática ou desconfirmadora, acabam por limitar as percepções e escolhas quando adulto. Diante dessa complexa vivência, envolvendo o jogo de poder contido na experiência da criança com o adulto, surge a criança interna ferida.

Nery (2003) destaca que ao se deixar dominar pelos aspectos internalizados do vínculo conflitivo, protagonizados pela criança interna ferida, a pessoa pode viver a despotencialização do eu, bloqueio da espontaneidade-criatividade, o que pode levá-la a condutas que atrapalham sua convivência nos grupos.

Sendo a espontaneidade-criatividade de grande importância para o desenvolvimento psíquico do indivíduo, a co-criação é a motivação para os vínculos, que através do encontro de espontaneidades e a complementação de papéis, enriquece sociopsiquicamente os envolvidos no vínculo (NERY, 2003). Paralelamente, Bustos (1990-2001) aponta que apesar da espontaneidade emergir individualmente, ela só se alimenta vincularmente. Para este último, um vínculo saudável depende da capacidade dos envolvidos em estimularem-se reciprocamente para que assim surja a espontaneidade.

Dessa forma, pode-se dizer que o aprendizado emocional é contínuo e construído. Nery (2003) denomina as marcas afetivas que influenciam a cognição e a conduta como

lógicas afetivas de conduta, definindo-as como vivências em vários níveis de consciência (que) vêm sob a forma de expressão sintética de algum aprendizado emocional, derivado de várias experiências vinculares (...). Portanto, as lógicas afetivas de conduta são as ‘células-tronco’ dos processos cotransferenciais e de co-criação. São uma espécie de molécula psíquica dos projetos dramáticos, da modalidade vincular afetiva e do desenvolvimento de todos os tipos de papéis (p. 25).

Como toda experiência de violência, a vivência do abuso sexual na infância pode gerar consequências negativas para o desenvolvimento saudável afetivo, social e cognitivo da vítima, podendo comprometer a capacidade de responder espontaneamente aos vínculos (COSTA; PENSO; RUFINI; MENDES; BORBA, 2007; COSTA et al., 2009; HABIGZANG et al., 2008; NERY, 2003).

Muita ênfase tem sido dada ao papel protetor da família na prevenção da violência sexual contra crianças e invariavelmente, quando comprovada a ocorrência de um abuso sexual intrafamiliar, remete-se a responsabilidade pela negligência à família da vítima e, em especial à mãe. Porém, pouco se conhece sobre o sofrimento psíquico dessas mães que fracassaram na missão de proteger sua filha contra violências sexuais que ocorrem dentro de sua própria casa, principalmente daquelas mães que um dia também já foram vítimas de um abusador.

Nesse sentido, o objetivo do artigo foi investigar a afetividade no vínculo mãe e filha em que uma ou ambas foram vítimas de abuso

sexual, por meio de estudo de três famílias acompanhadas em serviço de atendimento psicológico. Especificamente objetivou-se: elucidar as Lógicas Afetivas de Conduta (LAC) das mães; verificar a adequação do papel de mãe protetora no cuidado com as filhas na infância; investigar a modalidade vincular afetiva relacionada à vivência do abuso sexual na infância; identificar a percepção das vítimas sobre a proteção materna e averiguar as questões relativas à transgeracionalidade. Ao focar a relação mãe e filha em casos de vivência de abuso sexual é possível compreender as interfaces da afetividade e da construção de vínculos na saúde mental de ambas.

## MÉTODO

Esta pesquisa se insere no campo de investigação qualitativa e construtiva, que propõe a realização de um estudo contemplando o ser humano em sua dimensão total: social, cultural, histórica e afetiva (NERY & COSTA, 2007).

O estudo realizou-se em uma cidade do sul goiano, por um grupo de pesquisadores do Centro de Psicologia Aplicada – CPA – do Instituto Luterano de Ensino Superior/ULBRA, firmando-se uma parceria entre o Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI dessa mesma cidade.

Houve participação de três famílias encaminhadas pelas instituições acima citadas. Para preservar a identidade, elas receberam os seguintes nomes fictícios: Família Pedroso, Amparo e Pimenta. As informações foram

levantadas com base em três instrumentos: visitas domiciliares (BRANDÃO, 2001); entrevista semiestruturada (NARVAZ, 2005) com a mãe ou responsável e confecção de genograma (PENSO et al., 2008). Para a análise dos resultados, baseou-se na linguagem verbal e não-verbal produzidos pelos participantes durante a realização das visitas, entrevistas e sessões familiares, categorizando as informações em zonas de sentido reveladas por indicadores construídos e percebidos com base na relação entre o sujeito observador e os sujeitos observados, por meio da aplicação dos instrumentos de pesquisa e com base na proposta de González Rey (2005). As entrevistas e todas as sessões familiares foram gravadas em áudio e transcritas pela pesquisadora, após a obtenção da aquiescência dos participantes e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, além de ter se obtido aprovação do projeto em Comitê de Ética.

## Análise e discussão das informações

A vivência de abuso sexual pode gerar consequências afetivas e de sofrimento mental nas vítimas, que dependem da idade, duração e condições em que ocorreu – ou ocorre – o fato (ARAÚJO, 2002). A afetividade define e dá sentido aos vínculos humanos e é por meio deles que as pessoas se relacionam, assumindo papéis sociais nos grupos em que se inserem (BUSTOS, 1999; NERY, 2003). Responder com espontaneidade na vivência dos vínculos pode ser indício de saúde mental.

Para melhor visualização as histórias relatadas nas zonas de sentido, faz-se necessário expor brevemente os participantes e as histórias

de suas famílias. Rosa Pedroso, 49 anos, é mãe de Pérola Pedroso, 11 anos. A mãe sofrera recorrentes abusos perpetrados pelo próprio pai entre quatro e 18 anos. Pérola foi abusada aos nove anos de idade, vítima de um vizinho da família.

Cláudia Pimenta, 49 anos, mãe de Luciana Pimenta, 12 anos, sofrera abusos sexuais recorrentes durante a infância, perpetrados pelos irmãos, amigos da família, padrões. Descobriu que seu marido, Geraldo Pimenta abusava da filha, Luciana quando ela tinha 3 anos de idade. Dois meses depois de ter descoberto e expulsado Geraldo de casa, aceita-o de volta sob chantagens e ameaças do marido.

Sibele Amparo, 32 anos, é mãe de Poliana Amparo, 8 anos e Paula Amparo, 29 anos, é irmã de Sibele e mãe de Luana Amparo. Sibele e Paula são filhas de Lúcia Amparo, que por sua vez é amasiada com Juvenal. Poliana Amparo revelou que estava sofrendo abuso sexual perpetrado por Juvenal, aos 7 anos e diante da revelação, Luana revelou que também fora vítima do marido da avó, aos 6 anos de idade.

Durante as entrevistas, Paula disse ter sido vítima de recorrentes abusos sexuais na infância, mas Sibele relatou que nunca sofrera abuso, configurando o caso de Poliana como o único da pesquisa de não transgeracionalidade do abuso.

A análise e discussão das informações focaliza em indicadores que apontam para as vivências afetivas, modalidades vinculares, LAC e transgeracionalidade em casos de mães

e filhas vítimas de abuso sexual, categorizados dentro das zonas de sentido listadas em seguida.

### ***Zona 1) De geração para geração***

Essa primeira zona enfatiza a tendência ao desamparo e desproteção, caracterizando a dimensão transgeracional do abuso sexual. Alguns padrões de comportamentos relativos à desproteção e exposição a situações de abuso podem ser repetidos de uma geração para outra (ARAÚJO, 2002; PENSO & NEVES, 2008; PRADO & CARNEIRO, 2005). Duas mães entrevistadas apresentaram em comum a vivência de abuso sexual na infância: Cláudia Pimenta e Rosa Pedroso. Em seus relatos enfatizam a recorrência desse tipo de situação violenta durante seu desenvolvimento e afirmam proteger suas filhas, porém destaca-se a insuficiência desses recursos protetivos, apesar de existir de fato a tentativa de proteção. As falas seguintes realçam essa afirmação:

*“Não tinha conversa não... lá em casa era assim... cada um por si e Deus por todos [...] meu pai era um monstro, teve uma noite que eu passei escondida em cima duma árvore fugindo dele. Agradei quando ele morreu”.*

Rosa Pedroso relata ainda sobre as vivências de abuso sexual intrafamiliar e a relação com sua mãe na infância. Em seguida uma fala indica a insuficiência da proteção despendida à filha:

*“Pedi pra ela ir na lan house chamar o irmão. O irmão veio e ela ficou. Deu quinze minutos eu fui atrás, ela tava vindo descendo a rua, falei: ‘Não faz isso menina’”. (Ressalta-se que o abuso sofrido pela filha foi perpetrado*



por um vizinho).

Penso e Neves (2008) destacam que as mães e avós muitas vezes podem reagir conforme aprenderam em suas famílias de origem diante da revelação do abuso, ou seja, não conseguem atuar como anteparos protetores entre os homens que perpetram o abuso e suas filhas.

Cláudia Pimenta também parece apresentar esse padrão transgeracional de tentativa ineficaz de proteção quando diz:

*“Fiquei muito desconfiada, com aquilo na cabeça. Ai sempre que ele tava dentro de casa eu ficava olhando ela. Até quando ia no banheiro, ficava com a porta aberta. Na hora que ela tava dormindo, eu ficava olhando. Depois ela ficou maiorzinha (8 anos) e eu parei de vigiar”.*

Nesse trecho, Cláudia Pimenta relata como protege a filha do marido, pai da criança, perpetrador do abuso sexual quando ela tinha 1 ano de idade. Dois meses depois de ela ter constatado o fato e expulsado o marido de casa, aceita-o de volta, com certa desconfiança, conforme destacou na fala acima. Ao dizer como sua mãe a protegia na infância, ressalta que:

*“Ela deixava muito a desejá, deixava à vontade pra ir pra outras casa. Me fazia arrumá as coisa pros outro. Era os outro que pedia pra eu ir lavá uma roupa ali, arrumá uma casa ali e ela deixava à vontade”.*

Nesses momentos em que prestava serviços domésticos para outra família, Cláudia Pimenta sofrera recorrentes abusos sexuais.

O sofrimento vivido pelas mães nessas histórias, especialmente pelo abuso contra elas e contra as filhas terem sido cometidos por pessoas muito próximas, acaba revelando uma certa inabilidade dessas mulheres em proteger suas filhas (PENSO; COSTA & ALMEIDA, 2005).

De acordo com a perspectiva do sociodrama familiar sistêmico, a família, que possui uma tele-estrutura própria, tende a se prender à impossibilidade de encontrar alternativas novas que possibilitem um funcionamento adequando de seus membros, devido a certos bloqueios criados para manter determinadas cristalizações ou padrões familiares (SEIXAS, 1992). Essa afirmação pode explicar a dificuldade das mães em encontrar soluções eficazes na proteção das filhas.

Marra (2008) ressalta que na matriz de identidade, a criança desenvolve seus primeiros papéis, locus onde mergulha suas raízes. Ela vive então no momento presente todas as marcas transgeracionais de um passado familiar. A função do vínculo é conectar um papel a um contrapapel, o que pode indicar que as histórias relatadas acima são frutos de um padrão transgeracional de proteção que envolve o desempenho do papel de mãe e do contrapapel de filha, uma vez que por parte dessa última também parece não haver desenvolvimento de conduta autoprotetiva.

## **Zona 2) As modalidades vinculares afetivas**

Aqui revela-se a tendência das mães entrevistadas em repetir com os filhos as

modalidades vinculares estabelecidas em suas infâncias, ainda ressaltando a repetição da desproteção. Bustos (1990/2001) explica que a espontaneidade emerge individualmente, mas se alimenta vincularmente. O vínculo saudável leva os envolvidos a estimularem-se reciprocamente e assim surge a espontaneidade, que para Moreno (1975/1992) é indício de saúde mental. Contribuindo com essa reflexão, Seixas (1992) aponta que quando o bebê é inserido no ambiente familiar, ocorre uma transmissão de heranças culturais e regras do meio. Isso acontece por intermédio da vivência de papéis assumidos gradativamente pela criança durante a vida. É no seio familiar que se desenvolve o processo de aprofundamento das percepções co-conscientes e inconscientes.

Nas histórias narradas por Rosa Pedroso, a dificuldade em responder espontaneamente nos vínculos fica clara, uma vez que ela demonstra não ter percebido as necessidades de maior amparo à filha. Sua dificuldade em responder adequadamente às demandas de afeto no vínculo com ela fica clara no seguinte indicador:

*“Ela é muito chamegosa e a minha paciência é pouca demais, sabe?”.*

Cláudia Pimenta também revela em seu discurso uma indisponibilidade para perceber a filha tal como ela é, bem como responder espontaneamente às demandas de afeto da criança:

*“Eu num sô muito de pegar não. Às vezes ela vem pedindo, mas eu nunca tenho paciência”;*

*“Não sei porque ela foi pra psicóloga, sei que a diretora da escola, quando ela tinha cinco anos, mandou eu levar”.*

Na história de vida relatada por Cláudia, fica clara a indisponibilidade de sua mãe em direcionar afeto a ela, pois relata que os pais só a tocavam com violência, nunca com carinho. Relata inclusive uma vivência em que o pai bateu com muita força em sua cabeça, deixando possivelmente uma importante seqüela emocional e física.

Quando a mãe não responde espontaneamente às demandas afetivas da filha, esta pode entender que nesse vínculo não é merecedora de tal afeto, o que pode levá-la a construir mensagens de depreciação que a criança interna ferida emitirá a ela na vida adulta (CUKIER, 1998; NERY, 2003).

A família é o primeiro grupo social no qual o indivíduo se insere e é nele que vivemos as primeiras experiências de afeto, proteção, nutrição e auto-afirmação (BUSTOS, 1990/2001; CUKIER, 1998; DE ANTONI & KOLLER, 2000; MARRA, 2008; NERY, 2003). O amor pela criança será decisivo para a definição dos seus futuros relacionamentos. A matriz de identidade se configura enquanto matriz para as futuras relações sociais, inclusive as relações com a família que o indivíduo poderá constituir no futuro, suas relações com seus filhos e cônjuge. Um dos indicadores de proteção apontados por De Antoni e Koller (2000) é o afeto.

### **Zona 3) As Lógicas Afetivas de Conduta**

Esta zona destaca as Lógicas Afetivas

de Conduta (LAC) construídas pelas mães de vítimas de abuso sexual, com base nas vivências afetivas na matriz de identidade. Para construí-las, buscaram-se indicadores no discurso das mães.

Percebeu-se a construção de uma LAC especialmente no caso de Cláudia Pimenta e Rosa Pedroso, que viveram situações de abuso sexual recorrentes, perpetrados por pessoas da família ou próximos a ela: Me afasto e evito o toque do outro para me proteger. As duas ressaltaram em suas falas uma dificuldade em dar e receber carinho, especialmente das filhas. Da fala de Rosa, destaca-se o indicador:

*“Ela [referindo-se à filha mais nova, Pérola] é muito chamegosa e a minha paciência é pouca demais, sabe?”*

Uma outra LAC recorrente nos casos de mães que participaram da pesquisa está relacionada a silenciar-se: Se eu ficar em silêncio estarei protegida. Cláudia Pimenta, desde a infância optou por esconder os recorrentes abusos sexuais perpetrados pelos irmãos. Já na fase adulta, repete essa lógica ao silenciar-se diante do abuso sofrido pela filha, aceitando seu marido – e perpetrador de tal abuso – em casa. Posteriormente, transforma o assunto em um tabu, evitando falar sobre ele com a filha. Os indicadores a seguir fundamentam tal constatação:

*“Não podia falar nada disso, porque meu pai era muito ruim”.*

Aqui ela se refere a não poder contar ao pai que sofria abusos sexuais, por medo dele agredí-la.

*“Aí passou uns mês e ele [o marido e pai de Luciana] voltô pedindo pra ficá, ficou ameaçando de morte, não deixava eu vivê a vida. Aí não sei porque ele voltô pra casa. Aí o dia que ele chegô eu falei: ‘Ó, você pode ficá, mas se acontecê de novo, se acontecê, eu não quero sabê, você vai embora de novo’”.*

Depois de ter aceitado o marido de volta, Cláudia opta mais uma vez pelo silêncio com relação ao abuso. Só explica o que aconteceu à filha depois de muita indagação por parte desta relacionada à falta de afeto do pai. Reafirmando a questão do segredo, Cláudia narra que a filha sabe do abuso, mas ela não gosta de tocar no assunto:

*“Sabia, só que eu não toco nesses assunto, porque eu não gosto”.*

É provável que, por ter aprendido esse padrão vincular, na tentativa de proteger a filha, a criança interna ferida de Cláudia instituiu o silêncio enquanto padrão vincular: não se pode falar, para não sofrer (NERY, 2003).

O sistema familiar constrói alguns mitos que são passados de geração para geração e funcionam como um cimento provedor do sentimento de identidade familiar (BUCHER, 1985; PENSO et al., 2008). São os mitos que definem as regras, crenças e papéis dentro da família, além de ditar a forma e funcionamento dela e manter sua coesão: “Sendo assim, cada família construirá sua mitologia baseada nas singularidades genéticas, culturais e históricas de cada um de seus membros” (PENSO et al., 2008, p. 12).

Uma outra LAC construída com base nos indicadores foi: Só obtenho o amor dos outros se me deixar ser tocada. Esse padrão vincular foi percebido nos relatos das mães de Pérola Pedroso e Luciana Pimenta, conforme apontam, respectivamente, os seguintes indicadores:

*“Ela [Pérola] é muito chamegosa”.*

Esse fato foi constatado nas reuniões com a família Pedroso. Pérola estava sempre buscando contato físico com os estagiários, inclusive os do sexo masculino. No caso de Luciana Pimenta, a lógica que permeia a busca pelo afeto também se dá através do contato físico, do toque. Isso fica claro quando ela questiona a mãe sobre o motivo pelo qual o pai não estabelece esse tipo de contato com ela.

Talvez ele demonstre afeto através de outros gestos que não são percebidos por ela, já que a lógica que está sendo construída depende do toque.

Para Bustos (1990/2001;1999) e Nery (2003), as vivências na infância são decisivas no que diz respeito à maneira como o adulto reagirá ao mundo. Se na infância não encontra espaço para se auto-afirmar e/ou não é satisfeita adequadamente em suas necessidades fisiológicas e de afeto, na vida adulta as consequências podem estar relacionadas ao autoconceito negativo ou estar pronto para se defender do mundo, criticando e condenando o outro quando se vê em conflito. Esse funcionamento pode impedir a eclosão da espontaneidade nos vínculos e, conseqüentemente, a criatividade nas relações se tornará restrita.

É pela dificuldade em responder espontaneamente aos vínculos que a LAC citada pode ter sido construída pelas crianças participantes da pesquisa.

No entanto, visto que estão em fase de desenvolvimento da personalidade, é possível que elas se modifiquem. Esse foi um dado importante, que merece destaque enquanto possibilidade de pesquisas que investiguem os recursos internos que podem ser despertados nessas crianças a fim de romper com esse ciclo vicioso de busca pelo afeto, no qual carinho e carícia se confundem de uma maneira que tal postura pode dar abertura para a recorrência da violência sexual. Destaca-se que o drama constante do ser humano consiste na busca por alimentos psíquicos ou cargas afetivas que possam proporcionar o crescimento social e psicológico. Para conseguir atenção, proteção, respeito, ou seja, afeto, o sujeito aprende diversas condutas, que funcionam ou não como liberadores da espontaneidade e criatividade, dependendo da modalidade vincular estabelecida nas relações (NERY, 2003).

#### ***Zona 4) O modelo vincular agressivo***

Esta zona de sentido envolve indicadores sobre: agressividade enquanto modalidade vincular afetiva; agressão ao outro: sobreposição ao complementar interno patológico; agressão a si mesmo: postura autocrítica e destrutiva; oportunidade de auto-afirmação escassa; silêncio permeado pelo sentimento de culpa e raiva.

Na narrativa de Cláudia Pimenta, a afirmação de que seu pai era um homem

violento é recorrente:

*“Meu pai batia muito em nós [nela, nos irmãos e na mãe]”. “Aí eu chorava, né [referindo-se à sua reação quando sofria abusos]?” “Meu pai era muito ruim. Se eu contasse, ele batia em mim e na minha mãe”.*

Um dos tipos de agressividade definida por Nery (2003) é a agressão ao outro, que ocorre quando o sujeito tenta tornar-se mais potente do que o papel complementar interno patológico. Talvez Cláudia, ao optar pelo silêncio sobre as vivências de abuso, estaria tentando não se sentir culpada caso o pai agredisse ela e a mãe. Porém, toda sua vivência na complementaridade dos papéis com seus pais, não garante a segurança necessária para internalizar os complementares primários adequados – de pai e mãe – e assim, é provável que ela tenha internalizado o complementar patológico. Ao sentir a fragilidade de seu complementar interno patológico, ela tenta se colocar mais potente do que ele, culpando e condenando o outro quando está diante do conflito.

Essa modalidade vincular pautada na agressividade ao outro fica evidente no seguinte indicador:

*“Aí eu larguei as coisa em casa e fui lá [na casa do vizinho que tentou beijar a filha mais nova], fui lá tira satisfação com ele, fui lá nele e perguntei. Menina, mas ele falou tudo, jogô na minha cara tudo que passo, que quando ela [Luciana] era pequena. Se eu queria dá respeito eu tinha que dá respeito dentro da minha casa [...]. Eu falei: ‘Cê tá muito enganado’. Falei: ‘Ah, é assim? Se é*

*assim, eu ponho ele [o marido Geraldo] pra fora de novo, não é pra ficar aqui, é pra saí mesmo, não vou ser acusada assim”.*

Cláudia deixa claro em sua narrativa que quando está diante do conflito, agride o outro provavelmente na tentativa de se sobrepor ao complementar o papel interno patológico. A criança interna ferida de Cláudia (CUKIER, 1998) provavelmente aprendeu, em seus vínculos ameaçadores, a se desvalorizar, fazendo-a se sentir culpada e ameaçada em sua integridade biopsicossocial. Assim, ela opta por defender-se do mundo, agredindo as pessoas que trazem à tona seus conflitos internos.

Sibele Amparo também relata desejar agredir o outro diante da revelação de abuso sexual sofrido por sua filha. Diante do conflito, apesar de Sibele não revelar ter sido abusada em sua infância, ela sofre e sente-se culpada:

*“Eu tava tão mal, menina. Eu até parei de comer, tava até chorando, fiquei tão nervosa, não sei como não vi. Falei: ‘Mãe pelo amor de Deus, se a senhora não for embora eu vou envenenar esse home, fazê alguma coisa, nem que eu vô presa. Nem que eu perco meu serviço, vocês vão ficar sem eu”.*

Quando as necessidades básicas de proteção e nutrição emocional da criança são satisfeitas, a auto-afirmação se estabelece, a espontaneidade aparece como expressão livre e assim é possível responder adequadamente às situações conflitivas ao longo da vida. Se isso não acontece, o substituto da auto-afirmação será a agressão, tornando-se evidente por meio de gestos, sarcasmos ou silêncios (BUSTOS, 1999).

No caso de Paula Amparo, sua história de vida na infância foi marcada pelo abandono, pois quando os pais se separaram, ela foi enviada a casas de família para trabalhar, sendo privada do convívio com seus pais. A história de vida em sua primeira infância não foi relatada, porém deduz-se que ela também tenha sofrido vivências de abandono na infância com base em alguns de seus relatos. Assim ela se sente carente de afeto e acaba se queixando do outro (BUSTOS, 1990/2001), tal como elucidam os seguintes indicadores:

*“Eu já tenho uma mágoa dela de quando era criança, né? Às vezes a gente começa a discutir, eu jogo tudo na cara dela, pelo o que eu passei [se referindo às vivências de abuso sexual em consequência do abandono dos pais]”.*

Aqui ressaltam-se as considerações de Assis et al. (2009) em relação aos prejuízos emocionais, afetivos e comportamentais em crianças e adolescentes testemunhas ou vítimas de situações de violência: os autores afirmam que essas vivências podem configurar uma percepção pouco saudável do mundo em que a vítima vive, abalando os alicerces básicos para seu desenvolvimento mais saudável, podendo gerar repercussões na vida adulta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo buscou-se analisar os prejuízos das vivências de abuso sexual na infância para a saúde mental das vítimas, considerando os danos afetivos quanto ao estabelecimento de vínculos, repetições transgeracionais de padrões de proteção vulneráveis e

consequências ligadas ao autoconceito e autoafirmação dessas vítimas em suas redes relacionais.

As análises realizadas de acordo com os indicadores das zonas de sentidos construídas no presente trabalho, demonstram que nem sempre as famílias conseguem sozinhas suprir as necessidades de afeto e proteção das crianças e adolescentes nelas inseridos, o que levanta o questionamento se somente a existência do ECA enquanto dispositivo legal que visa assegurar direitos e deveres da infância, juventude e familiares é suficiente.

Assis et al. (2009) destacam pesquisas que apontam para a vulnerabilidade dessa população a situações de violência como o abuso sexual, afirmando que é necessário não só a proteção por parte do contexto familiar, como também das instituições e políticas públicas. É também nesse sentido que Costa, Penso e Almeida (2005) reiteram a importância de providências no nível da esfera pública, quando a família passa por esse tipo de violência em seu seio. Mesmo diante da realidade da não obrigatoriedade do atendimento terapêutico às vítimas e suas famílias, é necessário oferecer um espaço que atenda às demandas dos envolvidos nessa experiência violenta.

É fato que o abuso sexual provoca na criança consequências comprometedoras para o seu desenvolvimento saudável. Habigzang (2006) aponta que a criança vítima dessa violência fica vulnerável a alterações cognitivas e emocionais, ressaltando ainda que essas consequências para a saúde mental do infante sempre serão sérias. Todas as crianças envolvidas nessa pesquisa, filhas das mães entrevistadas,

apresentaram algum comprometimento em seu desenvolvimento adequado, tais como: medo de ficar sozinha, dificuldades de aprendizagem – relatadas em todos os casos, choro compulsivo, carência afetiva, sentimento de culpa, silêncio. Diante disso, é importante ressaltar que o apoio clínico é fundamental enquanto espaço de escuta para a reformulação da proteção dada e percebida pela criança, o fortalecimento da rede de apoio familiar e o trabalho da relação entre mães e filhos (COSTA et al., 2009).

A abertura desse espaço oportuniza, inclusive, a ressignificação das relações e papéis desempenhados dentro da família, o que pode resultar na quebra das repetições de padrões transgeracionais rígidos, proporcionando assim, o desenvolvimento mais saudável do grupo familiar (PENSO & NEVES, 2008). Porém é importante enfatizar que os profissionais que trabalham com essas famílias devem cuidar para que as estratégias de atendimento evitem a revitimização. Nesse sentido, os Grupos Multifamiliares apresentam uma metodologia que evita esse movimento que traz mais sofrimento para as famílias.

Finalmente, desta-se a importância de se identificar e explicitar à família os momentos nos quais seus membros realmente conseguem modificar padrões transgeracionais, respondendo com espontaneidade, dando assim abertura para a criação nos vínculos afetivos e oportunidade de promover saúde mental. Faleiros (2008) afirma com muita propriedade o quanto é importante a vivência de relações autônomas na vida do indivíduo, respeitando sua idade e seu desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

- Araújo MF. Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*. 2002;7(2):3-11.
- Assis SG, Avanci JQ, Pesce RP, Ximenes LF. Situação de crianças e adolescentes brasileiros em relação à saúde mental e à violência. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2009;14(2):349-61.
- Azevedo MA, Guerra VNA. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: um cenário em (des) construção. In: UNICEF. *Direitos negados*. Brasília: UNICEF; [s.d.].
- Barros RD, Williams LCA, Brino RF. Habilidades de auto-proteção acerca do abuso sexual em mulheres com deficiência mental. *Revista Brasileira de Educação Especial*. 2008;14(1):93-110.
- Brito AMM, Zanetta DMT, Mendonça RCV, Barison SZP, Andrade VAG. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: estudo de um programa de intervenção. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2005;10(1):143-9.
- Brito LMT. Diga-me agora: o depoimento sem dano em análise. *Psicologia Clínica*. 2008;20(2):113-25.
- Brandão SN. *Visita domiciliar: ampliando intervenções clínicas em comunidade de baixa renda [dissertação de mestrado em Psicologia Clínica]*. Brasília: Universidade de Brasília; 2001.
- Bucher JSNF. *Mitos, segredos e ritos na família*. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 1985;1(2):110-7.
- Bustos DM. *Perigo, amor à vista: drama e psicodrama de casais*. São Paulo: Aleph; 2001. (Trabalho original publicado em 1990).
- Bustos DM. *Novas cenas para o psicodrama: o teste de mirada e outros temas*. São Paulo: Ágora; 1999.
- Costa LF, Penso MA, Almeida TMC. Grupos multifamiliares: construindo uma metodologia para a psicologia clínica na comunidade. In: Ribeiro MA, Costa LF, organizadores. *Família e problemas na contemporaneidade: reflexões sobre intervenções do Grupo Socius*. Brasília: Universa; p. 123-56.

- Costa LF, Penso MA, Almeida TMC. O grupo multifamiliar como um método de intervenção em situações de abuso sexual infantil. *Psicologia USP*. 2005;16(4):121-46.
- Costa LF, Penso MA, Rufini BR, Mendes JAA, Borba NF. Família e abuso sexual: silêncio e sofrimento entre a denúncia e a intervenção terapêutica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. 2007;59(2):245-55.
- Costa LF, Penso MA, Almeida TMC. O grupo multifamiliar: uma intervenção no abuso sexual infantil e adolescente. In: Costa LF, Lima HGD, organizadores. *Abuso sexual: a justiça interrompe a violência*. Brasília: Líber; 2008. p. 35-52.
- Costa LF, Almeida TMC, Ribeiro MA, Penso MA. Grupo multifamiliar: um espaço para a escuta das famílias em situação de abuso sexual. *Psicologia em Estudo*. 2009;14(1):21-30.
- Cukier R. *Sobrevivência emocional: as dores da infância revividas no drama adulto*. 3. ed. São Paulo: Ágora; 1998.
- De Antoni C, Koller SH. A visão de família entre as adolescentes que sofrem violência intrafamiliar. *Estudos de Psicologia (Natal)*. 2000;5(1):347-81.
- Faleiros ETS, Campos JO. *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília: CECRIA, MJ, SEDH, DCA, FBB, UNICEF; 2000.
- Faleiros VP. Parar o abuso e desenvolver a proteção. In: Costa LF, Lima HGD, organizadores. *Abuso sexual: a justiça interrompe a violência*. Brasília: Líber; 2008. p. 159-70.
- Fonseca J. *Psicoterapia da relação: elementos de psicodrama contemporâneo*. São Paulo: Ágora; 2000.
- Gobbetti GJ, Cohen C. Saúde mental e justiça: o atendimento a famílias incestuosas. In: Mallak LS, Vasconcelos GOM, organizadores. *Compreendendo a violência sexual em uma perspectiva multidisciplinar*. Carapicuíba: Fundação ORSA Criança e Vida; 2002. p. 91-105.
- González Rey F. *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos da construção da informação*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning; 2005.
- Granjeiro IACL, Costa LF. A ação dos operadores do direito e da psicologia em caso de abuso sexual. [citado 2009 Jul 7]. Disponível em: <http://www.psicologia.com.pt>.
- Granjeiro IACL. *Psicologia e direito: interdisciplinaridade no conflito familiar violento [dissertação de mestrado em Psicologia Clínica]*. Brasília: Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília; 2006.
- Habigzang LF, Koller SH, Azevedo GA, Machado PX. *Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos*. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 2005;21(3):341-8.
- Habigzang LF, Corte FD, Hatzenberger R, Stroehrer F, Koller S. *Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência*. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 2008;21(2):338-44.
- Landini JC. *Do animal ao humano: uma leitura psicodramática*. São Paulo: Ágora; 1998.
- Leal MLP. *A exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes na América Latina e Caribe: relatório final - Brasil*. Brasília: CECRIA; 1999.
- Lima CM. *Infância ferida: o vínculo da criança abusada sexualmente em seus diferentes espaços sociais [dissertação de mestrado em Psicologia Clínica e Cultura]*. Brasília: Universidade de Brasília; 2007.
- Marra MM. A transmissão geracional segundo Jacob Levy Moreno. In: Penso MA, Costa LF, organizadores. *A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção*. São Paulo: Summus; 2008. p. 9-23.
- Moreno JL. *Psicodrama*. São Paulo: Cultrix; 1993.
- Narvaz MG. *Submissão e resistência: explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina [dissertação de mestrado em Psicologia do Desenvolvimento]*. Porto



Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2005.

Nery MP. Vínculo e afetividade: caminhos das relações humanas. São Paulo: Ágora; 2003.

Nery MP, Costa LF. Desafios para uma epistemologia da pesquisa com grupos. *Alethéia*, 2007;25;123-38.

Penso MA, Costa LF, Ribeiro MA. Aspectos teóricos da transmissão transgeracional e do genograma. In: Penso MA, Costa LF, organizadores. *A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção*. São Paulo: Summus; 2008. p. 9-23.

Penso MA, Neves VL. Abuso sexual infantil e transgeracionalidade. In: Penso MA, Costa LF, organizadores. *A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção*. São Paulo: Summus; 2008. p. 123-42.

Perrone R, Nannini M. *Violencia y abusos sexuales en la familia. Un abordaje sistémico y comunicacional*. Buenos Aires: Paidós; 1997.

Prado MCCA, Carneiro TF. Abuso sexual e traumatismo psíquico. *Interações*. 2005;10(20):11-34.

Ribeiro MA, Borges LM. Violência física e psicológica na família: investigação e intervenção sobre a dinâmica familiar. In: Costa LF, Almeida TMC, organizadores. *Violência no cotidiano: do risco à proteção*. Brasília: Líber; 2005. p. 29-41.

Seixas MRD. *Sociodrama familiar sistémico*. São Paulo: ALEPH; 1992.